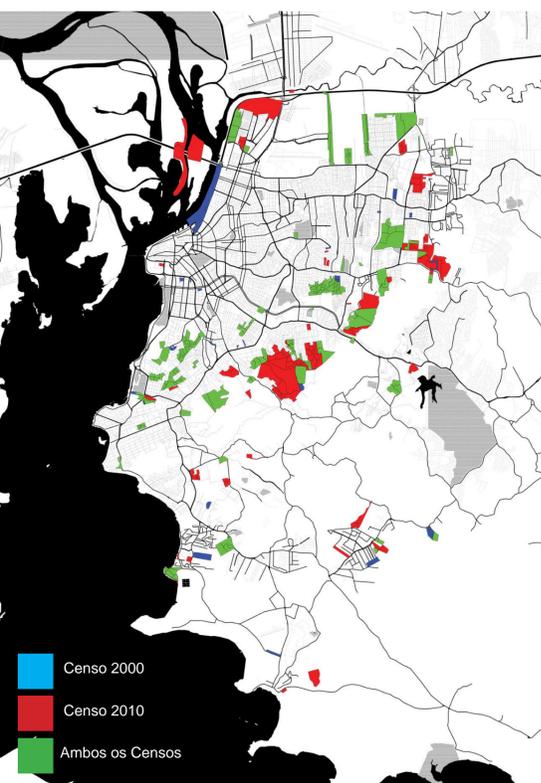


Figura 1 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE nos Censos de 2000 e 2010.



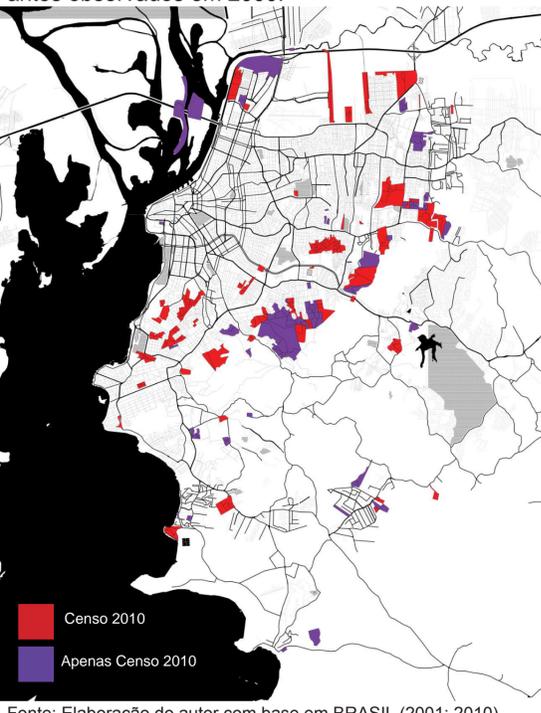
Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001; 2010).

Figura 2 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE apenas no Censo de 2000.



Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001; 2010).

Figura 3 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE no Censo de 2010, com destaque para os não antes observados em 2000.



Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001; 2010).

ESPAÇO E PODER

A DISPUTA DISCURSIVA PELA FAVELA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa **Espaço e Poder: a disputa discursiva pela favela**. Este busca uma investigação sobre as mudanças territoriais e demográficas do processo de apropriação espacial urbana demonstrados na formação da favela brasileira. Suas primeiras inquietações surgem ao passo que o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** publica os primeiros resultados do Censo de 2010 referentes à favela brasileira, tratada aqui pelo conjunto dos **aglomerados subnormais** (BRASIL, 2010). Nesta publicação, é visível um aumento considerável na população residente em favelas no país, quando comparados os dados aos do Censo de 2000 (BRASIL, 2001), **passando de 6,5 milhões para 11,4 milhões de pessoas** (BRASIL, 2001; 2010). Tendo em vista as políticas de cunho socialista dos recentes governos nacionais, existe um estranhamento a respeito deste evidenciado aumento. O estranhamento ganha força na medida em que se compara os dados aos da **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Para esta, a população brasileira residente em favelas não sofreu um aumento tão significativo, afinal, **já era alta, passando de 40,9 milhões em 1990 para 45,7 milhões em 2007** (UN-HABITAT, 2010). A pesquisa surge no intuito de ver onde, na prática, este aumento trazido pelo IBGE ocorreu, se de fato ocorreu. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso o município de Porto Alegre (RS), tanto pela facilidade de acesso aos dados demográficos como pelo reconhecimento histórico da cidade na aplicação de políticas públicas progressistas, como o Orçamento Participativo. A pesquisa está atualmente em seu quarto ano, e a produção aqui descrita refere-se às atividades de meados de 2013 ao início de 2015.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Constrói-se, então, a ideia da **disputa discursiva** na questão da favela brasileira, tendo as instituições utilizado diferentes critérios na caracterização de favelas para cada publicação realizada. De fato, o IBGE tem um conceito de favela mais restrito que a ONU. Enquanto esta se baseia apenas nas questões de propriedade sobre a terra e condições da ocupação (UN-HABITAT, 2003; 2010), aquele ainda leva em consideração o número mínimo de **51 unidades** para caracterizar o setor censitário como subnormal (BRASIL, 2001; 2010).

Utiliza-se como ferramenta chave a tecnologia dos sistemas de informação geográfica (SIG) para a comparação dos dados de cada Censo. Trabalhando com cartografias, faz-se a sobreposição dos layers referentes aos aglomerados subnormais catalogados pelo IBGE nos Censos de 2000 e de 2010 (BRASIL 2001; 2010). Produz-se um primeiro material representativo sobre as **mudanças espaciais dos referidos aglomerados no interstício (Figura 1)**. Possibilita-se, então, a análise territorial destas mudanças. Desta forma, torna-se possível a elaboração de novos shapes, onde são destacados os **aglomerados subnormais classificados apenas em 2000, e não mais em 2010 (Figura 2)**, assim como aqueles observados **apenas no Censo mais recente (Figura 3)**.

Em paralelo à análise dos dados disponibilizados pelo IBGE, entra-se em contato com órgãos ligados à prefeitura municipal para realizar a comparação entre os dados estatísticos e a aplicação das políticas públicas estatais. Através da Procuradoria Geral do Município (PGM), responsável pelo trabalho da regularização jurídica da terra na cidade, possibilita-se a produção de um layer referente aos **loteamentos irregulares** cujas matrículas de regularização se encontram abertas. Esta cartografia é então **comparada com a dos setores censitários do IBGE que não são mais considerados aglomerados subnormais em 2010 (Figura 4)**. Observa-se que, ao contrário de uma possível previsão, os dados do IBGE não coincidem com as práticas estatais. Contribuindo à verificação desta relação entre estatística e prática, produz-se um **cartografia comparativa entre o que o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB)**, responsável pelo processo de regularização urbanística, **considera favela** (particularmente chamada aqui de vila) **e os aglomerados subnormais observados no conjunto dos dois censos (Figura 5)**. Nesta, já encontramos uma maior proximidade entre os dados das diferentes instituições, o que tensiona ainda mais os questionamentos referentes à discrepância antes evidenciada.

Em nota, o IBGE explica a existência de um avanço tecnológico na metodologia de catalogação dos aglomerados subnormais entre os Censos de 2000 e 2010 (BRASIL, 2011). Ao explicitar esse avanço, o instituto não recomenda um simples cruzamento de dados para análise das transformações que envolvem a favela brasileira. Contudo, ao desenvolver da pesquisa é encontrado material publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que realiza um recálculo dos dados do Censo de 2000 no que se refere aos aglomerados subnormais, contribuindo, assim, para a solução do problema comparativo (MATION et al, 2014). O estudo sugere a aplicação da técnica das áreas mínimas comparáveis (AMCs) para adequar aos dados de 2000 à metodologia de categorização utilizada no Censo de 2010. A partir deste método, a população de favelas em 2000 seria corrigida para 10,5 milhões de pessoas, número que, ao comparado com os dados de 2010 (11,4 milhões) evidenciaríamos um avanço plausível para o interstício. Utiliza-se então desta técnica para adequar os dados de 2000 no que se refere ao caso de Porto Alegre. Como produto, obtemos a **cartografia recalculada dos aglomerados subnormais encontrados na cidade para o Censo de 2000 (Figura 6)**. Ao contrário do esperado, a nova cartografia acaba por ser exatamente igual à original, sem adequação alguma. Surgem duas possibilidades: 1) a tecnologia possibilitada para a presente pesquisa é insuficiente para a aplicação da técnica; 2) para o caso de Porto Alegre, a mudança se dá apenas em número, não em território.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidencia a importância de definições precisas no que se refere à metodologia e à interpretação de dados estatísticos. A divergência entre conceitos que tratam, na prática, do mesmo assunto pode acarretar grandes diferenças no produto final. Quando o assunto em si é a realidade de parte expressiva da população de um país, o reflexo desta diferença de curso se dá nas diferentes imagens que podem existir sobre o país analisado. Tratando especificamente do tema da favela, as construções de diferentes realidades podem servir, por exemplo, para possíveis críticas às administrações ou ao país em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil 2001. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, IBGE.

_____. 2010. Censo Demográfico 2010 - Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, IBGE.

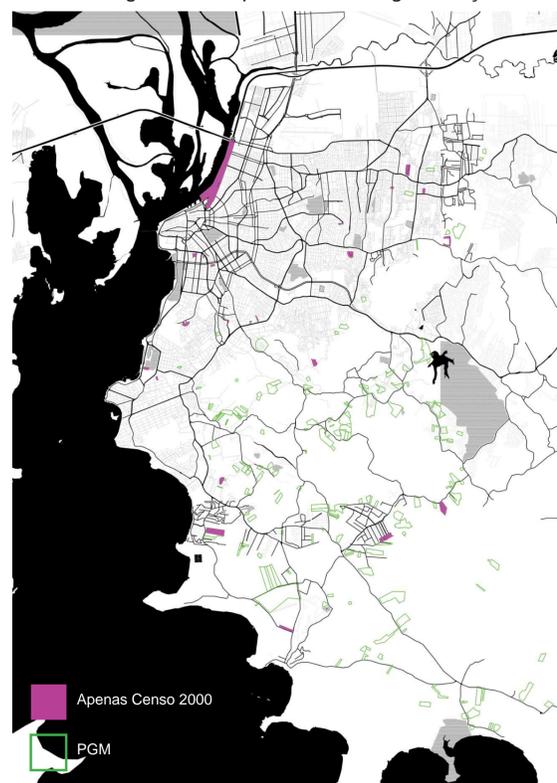
_____. 2011. Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/20AOG>> [Acesso em 27/11/14].

Mation L.F, Nadalin G. V, Krause C. no prelo. Favelização no Brasil entre 2000 e 2010: resultados de uma classificação comparável. Texto para Discussão. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24161> [Acesso em: 03/05/2015].

Uh-Habitat 2003. The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements. London and Sterling, VA, Earthscan Publications Ltd. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/downloads/docs/GRHS.2003.0.pdf>> [Acesso em 28/09/13].

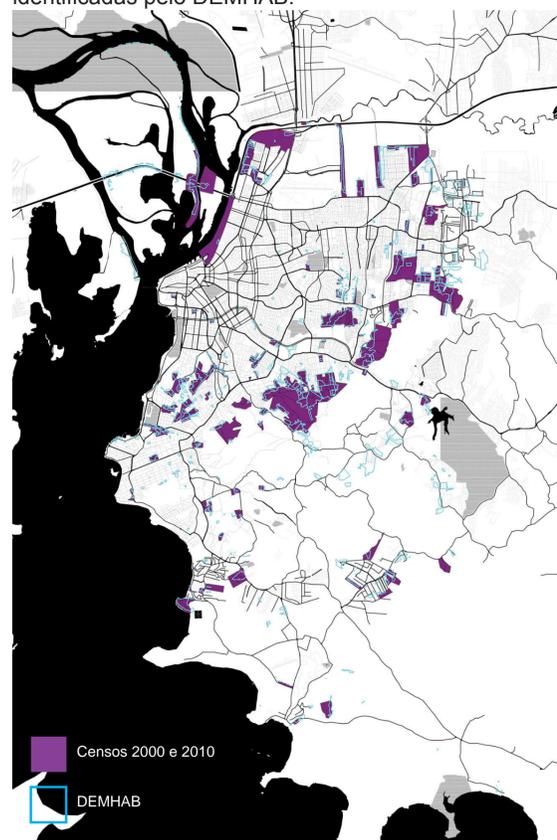
_____. 2010. State of The World's Cities 2010/11 Brindging The Urban Divide. Reino Unido e EUA, ONU.

Figura 4 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE apenas no Censo de 2000 comparados aos loteamentos irregulares em processo de regularização.



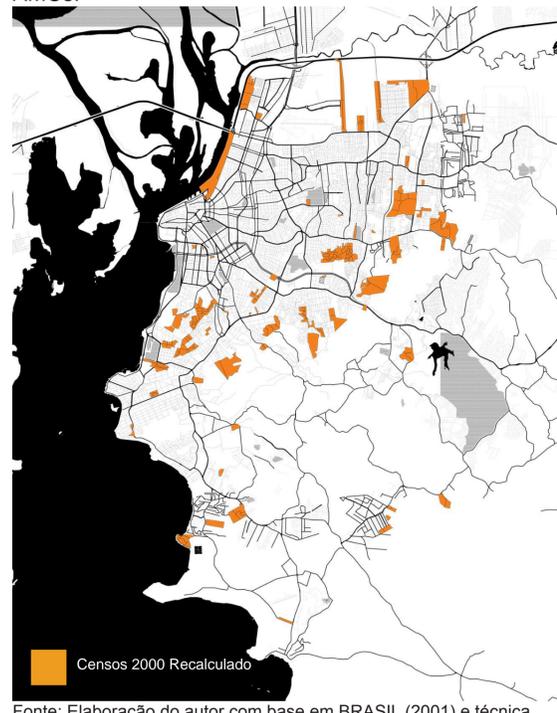
Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001; 2010) e dados da PGM.

Figura 5 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE nos Censo de 2000 e 2010 comparados às vilas identificadas pelo DEMHAB.



Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001; 2010) e dados do DEMHAB.

Figura 6 - Aglomerados subnormais observados pelo IBGE no Censo de 2000 recalculados pela técnica das AMCs.



Fonte: Elaboração do autor com base em BRASIL (2001) e técnica descrita por MATION et al, 2014